

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

história-ciência, n  
Há uma singularida  
mente no sentido  
istas e ao campo  
ionalização? Impo  
conceito de nação

## Nacionalismo e História

Aplicando o conceito de nacionalismo à modernidade que se afirma a partir das revoluções liberais no espaço atlântico, consideram-se aqui as complexas relações entre a escrita da história e os nacionalismos num tempo marcado por processos de nacionalização com características diversas, procurando responder às seguintes perguntas: qual foi a relação entre historiografia e nacionalismo no Portugal dos séculos XIX e XX? Hoje, pode observar-se em algumas regiões da Europa uma tensão entre nacionalismo e uma noção de história-ciência, mas esta tensão existia já no século XIX e a primeira metade do século XX. Há uma singularidade portuguesa a este respeito? Que posições críticas contribuíram decisivamente no sentido da autonomização do campo da história em relação aos ideários nacionalistas e ao campo do poder? Qual o lugar da historiografia como possível instrumento de nacionalização? Importa ainda considerar diversos momentos na afirmação da centralidade do conceito de nação no discurso historiográfico e na relação deste último com os nacionalismos.

Na fundação da Academia Real das Ciências, no final do século XVIII, quando dominava uma ideia racionalista de progresso entre as elites intelectuais marcadas pelo espírito das luzes, delineou-se um programa pragmático de cultivo da história. Nesta sociedade apostava-se nas ciências da natureza mas também na economia e nas ciências do homem. Quando na Europa culta estava em voga um conceito de história que exigia pesquisa documental, o Abade Correia da Serra, um dos fundadores daquela Academia, homem cosmopolita e viajado, exprimiu a intenção de aprofundar o conhecimento da nação, com um propósito utilitário: “O conhecimento do que uma nação é, e do que pode ser, pelo que tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal, como a Academia” (C. da Serra, “Discurso preliminar”, J.L.Cardoso, *Portugal como problema*, vol. V, 2006 [1789], p.214) . Universalismo e lealdade patriótica coexistiam numa elite ilustrada que estava em contacto com a República das Letras europeia.

Herdeiros desta tradição ilustrada, os primeiros liberais que se afirmam na imprensa periódica de Londres ainda antes da revolução de 1820, longe de pretenderem romper com a tradição histórica, intentaram conciliar presente e passado, nação e monarquia, nação e religião católica. Tal como no caso



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

espanhol, o nacionalismo liberal cujas raízes se evidenciam já no confronto com o expansionismo napoleónico e depois com a tutela britânica sobre Portugal, legitima-se enraizando-se numa teoria de constitucionalismo histórico que invoca instituições originárias na Idade Média - daí a relevância que nele assumem conceitos como cortes, leis fundamentais e constituição, entre outras, em autores como Hipólito José da Costa, Rocha Loureiro ou José Liberato Freire de Carvalho – todos eles jornalistas exilados em Londres. Este último adoptou aliás uma posição muito crítica em relação à dependência de Portugal para com a Inglaterra que ressurgirá posteriormente em historiadores republicanos e socialistas.

O interesse pragmático pela história prossegue nos anos 30 e 40 quando se desenvolve a polémica internacional acerca da prioridade dos descobrimentos na costa ocidental africana. Nela se envolveu uma revista como os *Anais Marítimos e Coloniais*, ligados a uma associação de oficiais da marinha - a Associação Marítima e Colonial -, difundindo a posição portuguesa (1840-46). O Visconde de Santarém teve um papel destacado na argumentação histórica contra a tese patrocinada pelo estado francês (mas não se esqueça o Cardeal Saraiva). Estavam em causa interesses coloniais portugueses em África. Na obra de Santarém é muito evidente a relação entre história e diplomacia - a primeira ao serviço da segunda - para demonstrar os direitos históricos de Portugal a pontos da costa africana como Molembo, Cabinda e Ambriz (S.C.Matos, *Consciência histórica...*, 2008, pp.53-56) . Santarém era adepto do antigo regime político, o que não comprometeu de modo algum o seu envolvimento na defesa dos interesses do Estado liberal na sua política externa (D. E. Protásio, *Pensamento histórico...* 2016).

Alexandre Herculano não terá estabelecido uma ruptura com a história que se praticava antes dele na Academia das Ciências (J.B.Macedo, *Alexandre Herculano...*, 1980, pp.14-16). Mas tendo começado pelo jornalismo e pelo romance histórico no início do decénio de 1840, marcou de um modo muito claro a distanciação crítica em relação ao que designava de história fabulosa – isto é uma história que aceitava tradições míticas como a que identificava os Portugueses com os Lusitanos ou a que erigia o milagre de Ourique e as supostas Cortes de Lamego nas origens da independência de Portugal – para não aludir à velha tradição de uma linhagem de reis mitológicos iniciada com Túbal. Para Herculano, o valor da verdade em história – basilar na construção científica - sobrepunha-se ao culto de qualquer alegada tradição gloriosa não fundamentada historicamente em evidência documental. O historiador acentuava decisivamente a distinção história-mito. Reconhecendo o sentimento de lealdade patriótica como uma virtude, não deixava contudo de se precaver contra os seus efeitos nocivos na escrita da história: “O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo; mas é péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mau guia, ele vê os factos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importará, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, querendo exaltá-lo!” (A.Herculano, *História de Portugal*, 1846, I, p.16).

Note-se, no entanto, que Herculano sempre valorizou o sentimento de lealdade patriótica e defendeu a independência nacional em termos inequívocos, chegando até a posicionar-se em termos adversos em



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

relação ao progresso material. Alguns exemplos: quando em 1838 não põe em causa o valor instrumental da tradição da Padeira de Aljubarrota, subalternizando o problema da sua autenticidade; quando, em 1853, em polémica com Lopes de Mendonça acerca da centralização, advertia para os riscos que poderia ter a construção do caminho de ferro do leste, que ligaria Lisboa a Madrid; ou já em 1861, ao subscrever um manifesto nacionalista da anti-ibertista Comissão 1º de Dezembro (S.C.Matos, *Historiografia...*, 1998, pp.298-299). Tal como os seus pares europeus – Guizot, Michelet, Macaulay, Lafuente, entre muitos outros – para Herculano os historiadores tinham uma relevante função social e cultural a cumprir na construção das nações modernas.

A Regeneração corresponde a um tempo de transformação do Estado e de introdução em Portugal de inovações tecnológicas, de reacção nacionalista à difusão de projectos iberistas, unitários ou federalistas. Vulgarizaram-se então centenas de artigos de imprensa periódica, manifestos, panfletos, livros de história, romances e dramas históricos contra a ameaça iberista (F.Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo...”, 1985). Em muitos destes textos afirma-se uma intencionalidade de enraizamento histórico em que domina uma teoria teleológica de progresso e de sucesso da nação que viria a ser parodiada por Eça de Queiroz. A história tornou-se um dos grandes instrumentos de resistência aos projectos iberistas, unitaristas ou federalistas. Invocava-se o passado para sublinhar uma coesão nacional de sete séculos e impedir a possibilidade de um futuro que romperia com ela.

Embora apologista de um certo iberismo cultural, Oliveira Martins rejeitou qualquer forma de integração política peninsular. Herdou a atitude crítica de Herculano em relação às tradições míticas mas foi mais longe. Num tempo europeu marcado pela unificação política da Itália, a emergência do II Império alemão e a derrota militar da França, Martins constrói a contra-narrativa mais convincente de denúncia da “decadência” a que chegara a nação, nos antípodas do paradigma dominante da narrativa de sucessos, triunfalista, comandada por uma noção linear de progresso. Não surpreende pois que essa sua narrativa trágica da deriva nacional tenha sido apropriada como arma política pelos republicanos contra a monarquia constitucional.

O autor do *Portugal Contemporâneo* foi também o mais eloquente crítico do modelo de desenvolvimento fontista e, por outro lado, o crítico mais mordaz do comemorativismo histórico que se praticava no regime constitucional (mas que este não conseguiu capitalizar a seu favor) no âmbito de uma inspiração positivista : “Não se vive de glórias passadas, existe-se por via de forças actuais. Arremeter com foguetes no 1º de Dezembro de cada ano, parece caricato quando em toda a gente há a consciência da nossa fraqueza militar. *Solenizar em navios de papelão dourado as esquadras passadas, de uma nação que deixou de ter marinha. Não será burlesco?* Não levará a reduzir o patriotismo a um sentimento de teatro, e a vida nacional a uma ópera?” ( O.Martins, “A HP e os seus críticos”, *História de Portugal*, s.d., I, [1880], 225). Martins punha em causa um patriotismo retrospectivo e retórico que encontrava os seus modelos no passado, como se este fosse uma Idade de Ouro sempre superior ao presente – um antigo regime de historicidade, para



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

empregamos o conceito de F.Hartog (Hartog, *Régimes...*2003). Cerca de sessenta anos depois, nos primórdios da II Guerra Mundial, Fernando Piteira Santos retomaria esta atitude anti-historicista e anti-passadista de culto de glórias “irremediavelmente passadas”, apelando à luta quotidiana “por um presente melhor” (cit. em José Neves, *Comunismo e nacionalismo...* 2008, 305).

Voltando a 1880: na polémica entre Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas nota-se um duplo equívoco (Eça baseava-se na visão crítica de Oliveira Martins acerca do império português oriental e não lera a *História de Portugal* de Pinheiro Chagas). Mas a intervenção de Eça nesta polémica é extremamente significativa pois nela distingue dois tipos de patriotismo: o patriotismo retórico “patriotaça” e o patriotismo construtivo, voltado para a acção no presente. Evidentemente, patriotismo não é sinónimo de nacionalismo, pois este, além de sentimento e consciência nacional, envolve movimento e doutrina política. O que importa sublinhar é que no quadro do nacionalismo liberal se estabeleciam relações muito diversas com o tempo e a experiência histórica: uma, marcada por uma atitude passadista, acentuava a continuidade com o passado, como se fosse possível repeti-lo no presente: história *magistra vitae*; outra, bem distinta, ao invés, caracteriza-se por uma atitude prospectiva e futurante.

No contexto de uma teoria positivista e étnica da nação que valoriza o papel do povo, Teófilo Braga dissociou nação e monarquia (dinastia de Bragança), vendo esta como um “corpo estranho”. E acentuou a oposição entre o pensamento federal – que via como ideia força da história nacional – e a unificação num grande estado que se afirmou na história moderna (T.Braga, *A pátria portuguesa*, 1894, pp.X e 153). O seu conceito étnico de nação teve assinalável fortuna simultaneamente entre historiadores republicanos e entre tradicionalistas, defensores de uma monarquia orgânica – o que mostra bem que as distinções no plano do pensamento político não devem aplicar-se à compreensão do pensamento histórico (há uma autonomia do pensamento histórico que deve ser respeitada).

Tal como na *Revue Historique* de Gabriel Monod, em Portugal os eruditos de finais do século XIX e princípios do séc. XX, adoptaram um registo de história positiva, aparentemente distanciada em relação às questões doutrinárias (A.Braamcamp Freire, Gama Barros, Cristovão Aires, entre outros). Mas não deixavam de cultivar um certo ideal nacionalista de nação. E os historiadores republicanos, herdeiros da narrativa liberal, valorizavam conceitos como *povo*, *revolução*, *progresso*, *decadência* e *burguesia*. Mas também *raça*. Aliás os republicanos, com os seus centros e clubes de bairro, formas de contacto directo com as camadas populares e a relevância que concederam a todo um argumentário historicista contribuíram indiscutivelmente para a nacionalização dos portugueses, especialmente nos centros urbanos (F.Catroga, *O republicanismo...*, 1991). Compreende-se que só com a I República se instituisse, entre outros dias feriados, o 1º de Dezembro – aliás considerado festa da bandeira (a Monarquia Constitucional considerara-o dia de “pequena gala”).

A primeira experiência republicana (1910-26) foi em Portugal marcada por intensos debates políticos. E a memória histórica não deixou de ser assiduamente convocada. Entre os objectivos da reforma universitária



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de 1911 que também instituía duas novas universidades (Lisboa e Porto), encontrava-se precisamente o propósito de estudar a nação nas suas múltiplas dimensões, de modo a que se produzisse novo conhecimento útil não só para o Estado como também para a formação dos cidadãos, no âmbito de um propósito nacionalizador (S.C.Matos, “Na primeira República”, *A Universidade...*, vol.I, pp.93-94). Desde os finais de Oitocentos, quer no campo das ciências humanas - incluindo a etnologia (Leal, *Etnografias...*, 2000) e uma ainda incipiente sociologia - quer no campo literário, das artes plásticas e da música, as representações do povo e de um idealizado “carácter nacional” ocupavam lugar destacado e relativamente consensual. Era então muito comum nos mais variados sectores intelectuais o diagnóstico de uma sociedade portuguesa desnacionalizada e muito permeável às culturas de importação. Assim pensavam Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo e os integralistas. Mas não António Sérgio. Em 1912, no seu curso de História Pátria na Universidade Popular do Porto, Cortesão incluiu um tópico sobre “Necessidade de nacionalização. Importância dos estudos históricos para esse fim” (S.C.Matos, “António Sérgio e os nacionalismos...”, p.297).

Mas no que respeita às narrativas sobre o passado, a hegemonia de uma memória histórica liberal e republicana começava a ser posta em causa por sectores de uma juventude que acabara de se formar na Universidade de Coimbra e não se revia no novo regime. Foi assim que, nos anos 10 e 20 do séc. XX, António Sardinha e o grupo do Integralismo Lusitano deram prioridade a uma revisão do percurso histórico nacional à luz dos conceitos de *tradição* e *raça*, substituindo a narrativa liberal e republicana de decadência (projectando-a antes no século XIX e responsabilizando a revolução liberal, a maçonaria e o judaísmo por esse declínio). Em oposição à I República, Sardinha construiu um nacionalismo tradicionalista, contra-revolucionário e católico-romano, de forte marca historicista e assente num conceito orgânico de nação.

A este nacionalismo conservador opôs-se um universalismo humanista – o da *Seara Nova* - que não enjeita um patriotismo prospectivo e um nacionalismo ecuménico, entendido como “legítimo nacionalismo”, isto é, “estudo e elaboração das realidades nacionais feitos sob os métodos e finalidade de um espírito universal” (A.Sérgio, *Ensaios I*, 1980 [1920], p. 64). Posição universalista que, no caso de António Sérgio, se fundamentou numa teoria europeísta da independência de Portugal. Por seu lado, Jaime Cortesão desenvolveu uma tese que, colocando em evidência o condicionalismo geográfico, valoriza o factor democrático – a participação popular em momentos decisivos do percurso histórico nacional como a revolução de 1383. Tanto A.Sérgio como Cortesão sublinhavam o *cosmopolitismo* na história de Portugal – patente, por exemplo, nos descobrimentos marítimos - por oposição à tendência para o isolamento e ao arcaísmo (também aqui divergiam do Integralismo pois este rejeitava o cosmopolitismo em nome de um universalismo católico).

Tal posição crítica enfrentou depois o nacionalismo exclusivista do Estado Novo. No plano da história ensinada, a Ditadura Militar tinha adoptado pouco antes da ascensão de Salazar a presidente do conselho (decreto nº 21103, 15-04-1932 de Gustavo Cordeiro Ramos), um rígido programa estatal de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

instrumentalização da memória da nação: identificavam-se os princípios que deviam ser glorificados (família, fé, autoridade, firmeza do governo, respeito da hierarquia) e os que deviam ser censurados (enfraquecimento da confiança no futuro, ausência de culto dos heróis). Era todo um programa de doutrinação nacionalista que se alargará em termos sistemáticos a partir de 1936, com Carneiro Pacheco no Ministério da Educação: só devia ensinar-se o que enaltecesse a glória nacional e devia omitir-se tudo o que as diminuísse. Mas esse programa não foi totalmente unânime, entre os apoiantes do regime houve divergências significativas (S.C.Matos, *História, mitologia...*, 1990, 129-131), como de resto sucedeu em Espanha (Saz, “La España del franquismo...”, 2009, 152-164). A Academia Portuguesa da História, fundada em 1936, enquadra-se neste contexto e retomava o propósito que se vinha afirmando entre os tradicionalistas de revisão da história nacional num sentido nacionalista (embora nela coexistissem historiadores de orientações diversas). Um dos seus objectivos era “1º Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e rectificação da história nacional, no sentido superior da contribuição portuguesa para o progresso da civilização, bem como enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal” (decreto n.º 27 913, 31 de Julho de 1937, art. 2º).

O nacionalismo dominante, retrospectivo e historicista, valorizava tópicos-chave como a *missão evangélica da nação* e do seu império, a *civilização lusíada*, o mito da *crusada* na resistência ao Islão, tradições míticas como a da identificação entre *Portugueses e Lusitanos* (e até, em certos casos ainda o milagre de Ourique) e heróis-tipo como Nuno Álvares e o Infante D. Henrique. Tais tópicos cristalizam ainda no V centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960 (S.C.Matos, *Consciência histórica...*, 2008, pp. 148-157). Mas por essa época que já era de crise do regime - campanha presidencial de 1958, tentativas de golpes militares em 1959 e 1961, início da guerra colonial, 1961, crise académica de 1962 - notava-se já a erosão desta cultura histórica nacionalista e imperial.

No Estado Novo dominava um nacionalismo defensivo, embora no plano da linguagem possa por vezes parecer o contrário - o franquismo foi bem mais ofensivo - um nacionalismo que não caminhava no sentido do alargamento do espaço público de cidadania antes na mobilização ideológica e sectária comandada pela ideologia dominante. Um nacionalismo sem movimento nacionalista, dir-se-ia - a União Nacional era um partido de quadros e não um partido de massas. A par da desvalorização da política como exercício de direitos cívicos, incentivava-se a desmobilização e o refluxo no espaço privado (lembrem-se os quadros afixados nas escolas com as mensagens de Salazar, “A lição de Salazar”). Um nacionalismo que tentou anular a conflitos sociais e políticos (L.Trindade, *O estranho caso do nacionalismo português*, 2008, p.269), em contraste com a agudização que tinha narcado a I República. “Manda quem pode, obedece quem deve” era um lema em voga no Estado Novo. Salazar referia-se ao “viver habitualmente” como um *habitus* dos Portugueses – leia-se viver apoliticamente, fora da política. Talvez por isso, os historiadores oposicionistas, herdeiros da cultura política liberal, tenham feito do tópico da ausência de espírito de cidadania um problema central do Portugal liberal no século XIX. Ao invés do que terá sucedido em Espanha no tempo do



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

franquismo - as duas experiências republicanas que o antecederam tinham terminado em conflito militar. Nas ditaduras dominava um nacionalismo retórico, de prestígio (Anthony Smith), voltado para o passado imperial.

Historiadores universitários e eruditos que deram relevantes contributos para a historiografia portuguesa – caso de Paulo Merêa em 1940 ou de Torcato de Sousa Soares em 1962 – consideravam que o patriotismo não era incompatível com a objectividade em história (A. Oliveira, “Seis décadas de história...”, 2011, 46). Dentro de certas condições: aquando do Congresso do Mundo Português (1940), afirmava Paulo Merêa: “A verdade histórica e o sentimento patriótico não colidem, desde que este não seja uma contemplação saudosista das glórias passadas, nem uma exacerbação megalómana do orgulho colectivo, mas sim uma consciência serena e legitimamente entusiástica do nosso valor, do nosso papel e do nosso ideal”. O historiador valorizava a história como instrumento de consciência de si de um povo, sob a condição indispensável de “não a deformar”. E retomando Oliveira Martins (sem o citar), considerava que as comemorações do duplo centenário de 1940, então a decorrer, deveriam ter a “a profundidade e a gravidade dum exame de consciência” (P.Merêa, “Os Congressos...”, 1941, p.338).

Desde os anos 40 difundiam-se as contra-culturas neo-realista e surrealista. Afirmava-se na Universidade e à margem dela – em associações culturais como o Ateneu Comercial de Lisboa ou em passeios informais como os realizados de barco, no Tejo, nos anos 40, a Vila-Franca de Xira -, um pensamento crítico que herdara a narrativa republicana e laica do percurso histórico nacional. A nova geração que se afirma nesses anos no campos da história e do ensaio - V.Magalhães Godinho, António José Saraiva, Óscar Lopes, Joel Serrão, Fernando Piteira Santos, Barradas de Carvalho, Jorge Borges de Macedo, Armando Castro para só citarmos historiadores - animada pela derrota dos regimes totalitários de direita, procedeu à crítica do ambiente cultural que então se vivia, por exemplo no que resepita ao comemorativismo histórico do Estado Novo como expressão de um nacionalismo estéril (V.M.Godinho, *Comemorações...*, 1947). Vitorino Magalhães Godinho identificou os factores de crise da historiografia e foi pioneiro de um processo de renovação abrindo um horizonte de novas perspectivas e problemas (vd. “A crise da História...”, *Ensaios III*, 1971 [1946]).

Esta geração viveu um exílio cultural – e territorial pois alguns tiveram que se expatriar – e foi construindo uma contra-narrativa, claramente divergente em relação à narrativa tradicionalista, étnica e conservadora do Estado Novo. Entre os intelectuais que então se afirmaram ganhou destaque, no domínio da história, o conceito de *classe*. Refiram-se, entre outros, os historiadores ligados ao Partido Comunista Português: Costa Dias, Flausino Torres, Victor de Sá, Fernando Piteira Santos, Joaquim Barradas de Carvalho, Armando de Castro, António Borges Coelho, José Tengarrinha, todos eles herdeiros do pensamento histórico liberal-radical, republicano e socialista.

Os problemas que então se discutiam na historiografia portuguesa dos anos 60, já muito marcada pela corrente dos *Annales* e pelo marxismo (só mais tarde pelo estruturalismo), abrangiam o conceito de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

revolução, o carácter social das revoluções liberais, o alegado fracasso da revolução industrial e da construção de uma sociedade burguesa, as limitações das reformas sociais e económicas empreendidas pelas elites, as relações com o Brasil colonial e pós-colonial, a dependência em relação à Inglaterra e, naturalmente, problema dos problemas, o atraso económico – visto sobretudo em comparação com a Inglaterra, considerada caso padrão (mas já também com a França e a Espanha). Note-se que o alegado fracasso da revolução industrial e da persistência de estruturas sociais e económicas do Antigo Regime que Vitorino Magalhães Godinho perfilha em *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (1ª ed. 1971) constitui uma tese também muito em voga na historiografia espanhola da época (Jose Maria Jover Zamaora, Tuñon de Lara, Jordi Nadal). Afirmava-se então o interesse pelo século XIX (só depois pela I República), esquecido nas universidades e não raro confundido com jornalismo, política e sociologia e, assim sendo, a evitar pelo poder.

Como lidaram os historiadores marxistas com os conceitos de *classe* e *nação*? Poder-se-ia pensar que em nome do internacionalismo comunista rejeitariam um ponto de vista nacionalista. Nada mais equívoco. Na verdade, a historiografia inspirada no marxismo valorizou o ponto de vista nacional (J. Neves, *Comunismo...*) e identificou por vezes os inimigos da nação – por exemplo, em 1383 e em 1580 fracções dos grupos sociais possidentes, da nobreza e do clero - com os interesses castelhanos (J. Guedes Sousa, “Vértice”, *DHP*, p.3). Por exemplo, Álvaro Cunhal foi um dos autores que difundiu a tese segundo a qual as classes possidentes sempre preferiram o domínio estrangeiro à tomada do poder pelas forças progressistas e revolucionárias. E considerou que foi a “revolução burguesa” dos finais do século XIV que levou Portugal a realizar “a epopeia dos descobrimentos” (A. Cunhal, *As lutas de classes...*, 1975, pp. 66 e 97) – ideia partilhada até certo ponto por Borges Coelho. E Victor de Sá valorizou o proteccionismo económico que o liberalismo radical setembrista defendeu – ou seja um nacionalismo económico, associando-o ao empenho nas actividades produtivas (indústria, agricultura).

Do lado da narrativa conservadora, católica e estadonovista poder-se-iam convocar numerosos casos reveladores de intromissão de um nacionalismo exclusivista e de preconceitos políticos na escrita da história. Refira-se, a título de exemplo, a tese segundo a qual a expansão ultramarina era um serviço de Deus, comandado pelo espírito de cruzada. Ou, nos livros escolares, a explicação segundo a qual a não entrada de Portugal na II Guerra Mundial ter-se-ia ficado a dever a Salazar, que assim messianicamente teria salvado a nação.

Poder-se-á contudo considerar que houve em Portugal, nos séculos XIX e XX, um programa sistemático de nacionalização dos portugueses – ou seja de formação de cidadãos imbuídos de uma consciência nacional – através da historiografia? Empregamos aqui o conceito de nacionalização num sentido amplo “de qualquer tipo de proceso cuyo resultado fuera la identificación de la mayor parte de la población de un ‘Estado territorial’ con un Estado nacional’ y en definitiva, con una determinada idea de nación” (P. Ruiz Torres, “Política social y nacionalización...”, 2012, p.16) É um problema que, ao invés do que sucede em



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Espanha nas últimas décadas (Archiles, “Melancólico Bucle...”, 2011), carece de uma investigação aprofundada.

Ao longo do século XIX, a acreditar nos testemunhos de muitos intelectuais, de Garrett e Herculano a Basílio Teles, passando por Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, a sociedade portuguesa, predominantemente rural e dominada pelo analfabetismo, fora marcada pela ausência de espírito de cidadania e pela indiferença em relação à política. Mas implicaria este alheamento em relação à *res publica*, que tão bem documentado foi por Rafael Bordalo Pinheiro, ausência de consciência nacional? Creio que não, até porque como bem notou Joaquim de Carvalho a cultura portuguesa foi marcada por um “patriotismo localista” (Joaquim de Carvalho, “Compleição...”, *Obras Completas*, v. V, s.d. [1953] p.127), de apego à família à “dedicação materna” e ao terrunho, um sentido de pertença que passa por um habitus muito para além da cultura letrada e da historiografia.

À primeira vista, seríamos levados a crer que o processo de nacionalização se acentuou no período inicial do Estado Novo, sobretudo a partir de 1936, com recurso à “política do espírito”. Mas uma vez que o regime de Salazar promoveu a desmobilização dos cidadãos do espaço público – e exclusão de grande parte dos portugueses, os que não se reviam no Estado Novo e na sua propaganda - é de admitir que a *nacionalização* dos portugueses tenha ressentido limitações neste período. Por outro lado, no campo da memória nacional, até mesmo na vigência da ditadura, coexistiram múltiplas narrativas do passado, não coincidentes nas suas intencionalidades e interpretações: podemos distinguir uma narrativa laica e liberal do passado (que se prolonga com novos desenvolvimentos entre os historiadores republicanos já no século XX), muito centrada no conceito de nação, de uma narrativa tradicionalista e católica difundida pelo Estado Novo. Se esta última foi largamente difundida pelo Estado e pelas instituições dele dependentes durante mais de quarenta anos, também é verdade que desde os anos sessenta ela sofreu a concorrência cada vez mais evidente de narrativas históricas alternativas. Nos anos 60 e 70 foi-se difundindo entre as elites e a juventude uma contra-cultura crítica em relação aos excessos de um nacionalismo retórico e passadista. Refiram-se a título de exemplo, a influência que tiveram o *Dicionário de História de Portugal* (1963-71) de Joel Serrão, os *Ensaio*s de V. Magalhães Godinho (1968-71) e a edição póstuma (1972) da *Breve interpretação da história de Portugal* de António Sérgio. No seio de cada uma das grandes narrativas acima referidas encontram-se aliás estratégias bem diversas. Mas a herança de historiadores do século XIX como Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga – que, lembre-se, construíram teorias da nação portuguesa muito diferentes, ora sublinhando a componente da vontade política das elites ora valorizando um determinismo étnico - mantinha-se viva.

Note-se ainda que no seio da narrativa laica da história nacional continuou a afirmar-se um atitude crítica em relação às intromissões do patriotismo na operação historiográfica, que vem de Herculano até Vitorino Magalhães Godinho, passando por Oliveira Martins, António Sérgio e Raúl Proença. No interior desta genealogia historiográfica, afirma-se também uma posição crítica em relação às ritualizações da história.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Tome-se como exemplo o ponto de vista crítico de Godinho em 1947: “Os aniversários e os centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas; caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos. Este espírito saudosista de comemorações incríticas significa que há interesse em desviar as atenções de questões actuais, em evitar que se reflecta clarivamente e se colham informações objectivamente sobre elas; representa o esforço de impedir que o presente se transforme em futuro, o esforço de fazer regressar hoje ao que foi outrora. Tal tradicionalismo, apresentando-se como defesa das glórias do passado, mutila-as, decepa a tradição” (*Comemorações e história*, 1947, pp.14-15). Este tradicionalismo nacionalista a que se referia Magalhães Godinho dominou até aos anos 50, para, sofrer nítida erosão a partir da crise do regime de 1958-62 e do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1960).

Se muitos divulgadores da história nacional, de Pinheiro Chagas a José Hermano Saraiva passando por João Ameal e tantos outros, foram comandados, nas suas obras, por ideários nacionalistas de diversos matizes, indiscutível é que até finais do século XX a afirmação da história como disciplina autónoma em relação aos poderes instituídos se processou num movimento de distanciação crítica em relação às intromissões destes nacionalismos. Sempre estabelecendo uma conexão íntima entre um conceito de história-crítica e o imperativo de cidadania. Não se pode pois dizer que este conceito de história envolvesse um programa unitário e indiferenciado de nacionalização dos portugueses.

Não deve ainda esquecer-se que a historiografia teve um eco limitado a uma elite. Outras géneros ou suportes de expressão como o romance histórico, o teatro, a poesia, a oratória e até as artes plásticas terão porventura alcançado maior eficácia na socialização política dos portugueses. Todavia, certo é que os historiadores tiveram uma acção directa no processo de nacionalização no século XIX, mais nesta centúria do que no século XX, acção que importa conhecer melhor, sobretudo no que respeita ao século passado. Muitos deles exerceram cargos públicos e mantiveram estreito contacto com os seus leitores através dos meios de comunicação social. Mas hoje em dia, no tempo em que se multiplicam as solicitações tecnológicas e a sociedade da informação e do espectáculo domina, a sua função social e cívica tende a restringir-se a uma pequena margem.

Em Portugal, os historiadores mantiveram uma relação com o nacionalismo muito polarizada e tensa: de um lado um forte historicismo nacionalista e imperial que acentuou o tópico da missão “civilizadora” e até missão “evangélica” dos Portugueses no seu contacto com outros povos; por outro, uma posição muito crítica em relação a essa retórica e aos ritualismos de um nacionalismo muito virado para o passado. No entanto, a partir de 1945, com a queda dos exclusivismos fascistas, escrever histórias nacionalistas tornou-se problemático em toda a Europa (S.Berger, *The past as history...*, 2015, p.369).

Por outro lado a relação entre historiografia e nacionalismo passou também pela relação entre *dentro* e *fora* e pela drástica alteração das condições de trabalho dos historiadores que se operou com a instauração das ditaduras. O que também envolve a problemática dos exílios, no exterior e no interior. Em Espanha, o



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

franquismo obrigou muitos historiadores a exilarem-se nas Américas e em alguns países europeus, cindindo o campo historiográfico em duas partes: a do exílio, que manteve a continuidade com os valores liberais e a do interior, sujeita ao controlo político-ideológico da ditadura e da censura. Entre os exilados, refiram-se, entre muitos outros, Rafael Altamira, Sanchez Albornoz ou Americo Castro, que estiveram em estreito contacto com outras culturas históricas e universidades europeias e americanas. A guerra civil e a ditadura interromperam o processo de profissionalização dos historiadores (cuja etapa principal I Peiró situa entre 1920 e 1936). Poder-se-á dizer o mesmo no caso do Estado Novo de Salazar? Se é certo que o regime português nasceu no seio de uma Ditadura Militar, não resultou contudo da radicalização de uma guerra civil e não obrigou a um exílio em massa daqueles que com ele divergiam. Mas muitos intelectuais e militantes opositores viram-se obrigados a sair do país. É sabido que houve demissões compulsivas de numerosos professores universitários (lembrem-se os historiadores Rodrigues Lapa e Sílvio Lima). Outros, constrangidos pela ausência de liberdade, exilaram-se (casos de Vitorino Magalhães Godinho e António José Saraiva). E muitos só seriam admitidos nas universidades já após a queda do regime (Barradas de Carvalho, Joel Serrão, Borges Coelho, entre muitos outros). Em 1934, a Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigida pelo notável historiador Joaquim de Carvalho, foi encerrada. E houve censura de obras historiográficas: refira-se a *História de Portugal* de António Sérgio, cujo primeiro volume foi apreendido pela censura logo em 1941 (a obra seria interrompida pelo autor), ou *Raízes da expansão portuguesa*, de António Borges Coelho, em 1964. Se a instauração do Estado Novo, nos anos 30, marca um novo tempo no que respeita às condições de produção da escrita da história, particularmente no que respeita ao ensino público e às universidades, o facto de o regime se ter erguido sobre os escombros de uma instável Ditadura Militar que durou seis anos atenuou porventura o sentido de corte com esses anos – a ruptura deu-se sim com a tradição liberal da I República. Mas nada que se compare à radicalidade da Guerra Civil espanhola e do franquismo que andou associado ao tópico de uma cruzada nacionalista, católica e anti-comunista. Em Portugal, os historiadores liberais, republicanos e socialistas continuaram a publicar as suas obras, em condições difíceis, vigiados por uma apertada censura. No entanto, continuaram a fazer ouvir a sua voz e a debater ideias em publicações periódicas como a *Seara Nova* ou a *Vértice*. Por outro lado, entre o nacionalismo imperial do Estado Novo e o nacionalismo liberal e republicano, verificou-se, em diversos aspectos, uma continuidade, nomeadamente no que toca à atitude em relação às colónias: até aos anos 60, de uma maneira geral, as oposições ao regime não punham em causa o império (raras vezes defenderam a venda de territórios coloniais). Já o franquismo, por razões várias, acabou por nesses anos subalternizar a problemática colonial, distanciando-se a este respeito das posições de Portugal. Neste tópico reside decerto uma diferença fundamental entre a experiência histórica e os nacionalismos dos dois países ao tempo das ditaduras.

No entanto, nos seus últimos decénios o Estado Novo de Salazar resistiu mais à mudança do que o franquismo – uma longa guerra colonial em três frentes (1961-1974) e o conseqüente isolamento



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

internacional contribuíram decerto para esse bloqueio. No caso português, o crescimento da Universidade foi drasticamente estancado até aos finais dos anos 60: o número de doutoramentos em História e o número de professores (incluindo catedráticos) nesta área era extremamente reduzido em termos relativos (apenas 10, em 1955), em comparação com o caso espanhol (62 na mesma data) (I. Porciani e L. Raphael (Eds.), *Atlas...*, 2010, pp.123 e 129).

Se o franquismo constituiu uma ruptura bem mais profunda e radical com o passado liberal, laico e republicano, nos anos sessenta houve grandes novidades, nomeadamente, o facto de alguns historiadores que, em contacto com outras universidades europeias, sobretudo alemãs e francesas, adoptaram uma postura mais crítica e aberta e, alegadamente, distanciando-se do regime. Tal como em Portugal, a cultura de importação mais influente na Espanha do século XIX foi a francesa, muito por via dos emigrados políticos e da literatura de viagens. A obra de Rafael Altamira exprimiu bem esse contacto com a cultura histórica francesa, nos finais do século XIX e princípios do século XX, muito marcada pela história metódica de Charles Seignobos, evidente até na ferramenta conceptual que mobilizou (civilização, alma nacional, psicologia do povo, regeneração) e contribuiu decisivamente para a profissionalização dos historiadores em Espanha. Altamira deixou marcas profundas, inclusive na pedagogia da história, com *La enseñanza de la historia* (1891). Este livro marcou uma época em que, para além das exigências de rigor científico, a história era também considerada – e não só em Espanha – um instrumento de educação nacional. Escrever a história de Espanha era para Rafael Altamira “um dever patriótico” (I. Peiró, *Historiadores en España*, 2012, p. 112). Tal como em Portugal para o seu contemporâneo Jaime Cortesão.

Mas no que respeita à relação dos historiadores com uma memória histórica mais recente, é bem evidente uma divergência entre os dois países. No Portugal de Salazar, o estudo da chamada época contemporânea era desaconselhado. Por exemplo, Magalhães Godinho não pôde estudar o pensamento de Oliveira Martins e, com raras excepções anteriores (caso de Joaquim Barradas de Carvalho), teses de licenciatura dedicadas ao século XIX surgiram já em plena década de 60, sob a orientação de Silva Dias (em Coimbra) e de Borges de Macedo (em Lisboa). Muito raros foram os doutoramentos *em todas* as especialidades históricas. Na década de 1940, nas universidades de Lisboa e Coimbra, houve apenas duas teses de doutoramento defendidas em História, nenhuma delas correspondendo aos séculos XIX e XX; no decénio de 1930, o número total de teses defendidas em Portugal tinha sido de 5, no de 1950, 4 e no de 1960, 3 (*Doutoramentos da Universidade de Lisboa*, 1972 e J. P. Avelãs Nunes, *A História Económica e Social ...*, 1995, p. 262). O que mostra bem a política de não investimento do regime de Salazar na Universidade e na investigação científica, em flagrante contraste com a forte aposta numa política de doutrinação nacionalista bem patente num programa sistemático de comemorações históricas (caso do duplo centenário de 1940 e da Exposição e grande Congresso do Mundo Português ou das comemorações do centenário henriquino de 1960 entre muitas outras ritualizações). Já em Espanha, entre as 117 teses de doutoramento defendidas entre 1940 e 1950, 10 incidiram sobre temas relacionados com o século XIX,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

números que atestam uma outra escala da própria universidade. Em Portugal, enquanto objecto de estudo, o tempo contemporâneo foi considerado impuro pelos historiadores “arquivistas” que dominaram o panorama historiográfico nacional nos finais do século XIX e primeiros decénios do século XX. A ausência de distanciação inibia-os de escreverem a história de um passado recente que, a seu ver, devia ser imparcial. Mas esta não deixou de ser cultivada por historiadores e divulgadores republicanos e liberais (caso dos colaboradores da *História do Regimen Republicano em Portugal*, 1930-32, de Luís de Montalvor, ou dos trabalhos de Carlos Ferrão). Em contrapartida, Alfredo Pimenta, um tradicionalista que apoiou o Estado Novo e foi sobretudo medievalista, chegou a considerar que a historiografia que incidia no tempo posterior ao século XV deixava de ser história para ser política e jornalismo (A.Pimenta, *Estudos filosóficos...*, 1930). Foi decerto uma arreigada ideia nacionalista que o levou a admitir a autenticidade do milagre de Ourique e da Escola de Sagres, ou recusar o conceito de hispanidade (*Novos estudos...*, 1935, p.68-71). Note-se, contudo, que na sua *História de Portugal* (1940), João Ameal incluía um último capítulo intitulado “Reconquista da ordem”, em que abordava o passado bem recente e fazia a apologia de Salazar e da sua política, em contraste com a “balbúrdia sanguinolenta” da I República (J.Ameal, *História de Portugal*, pp.689-733).

Para os tradicionalistas, o século XIX, considerado um século estúpido, dominado pelo liberalismo e pelas revoluções e hegemonizado pela memória liberal, devia ser objecto de profunda revisão histórica. Ora, como se disse, essa revisão só chegou, no caso português, com a geração do Integralismo Lusitano. Mas se excepturamos a extensa *História de Portugal* de Fortunato de Almeida (1922-29) – aliás em não sintonia com os integralistas - seria preciso esperar pelo decénio de 1930, para que dentro desta orientação, surgissem dois manuais de história geral de desigual valor e extensão, os de Alfredo Pimenta e João Ameal (até lá, havia apenas alguns ensaios de outros autores, entre eles o próprio mestre do Integralismo, António Sardinha). E o estudo especializado do século XIX, excluído ou secundarizado na universidade, acabaria por ser cultivado fora dela por historiadores marcados pelos *Annales* (Joel Serrão, Magalhães Godinho, J. Augusto França) e pelo marxismo (Armando Castro, Costa Dias, Victor de Sá, Alberto Ferreira, José Tengarrinha). Note-se contudo que também em França, na mesma época, o interesse pela história contemporânea era minoritário no ensino superior. Não surpreende pois que nas universidades portuguesas continuasse a dominar o estudo das épocas medieval e moderna. E no caso espanhol, se a dedicação à história contemporânea foi minoritária, foram os historiadores tradicionalistas e integristas que tomaram a iniciativa de cultivar a história política do século XIX (I.Peiró, *Idem*, 2012).

Haverá uma especificidade do caso português no que respeita à relação dos historiadores portugueses com o nacionalismo? Talvez esta especificidade esteja relacionada com a escala da nação, a desproporção entre passado e presente, entre a dimensão da metrópole portuguesa e seu império - não ajudará isto a compreender o irrealismo do discurso nacionalista (Eduardo Lourenço), no longo tempo das ditaduras quer em Portugal (1926-1974) - mas também em Espanha (1923-31 e 1936-75)? Por outro lado, no caso das



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiografias peninsulares, a invenção dos inimigos (anglo-saxões, protestantes, franceses, castelhanos) contribuiu decerto para a radicalização dos nacionalismos tradicionalistas. Deve ainda compreender-se o culto intensivo do passado e da sua história pelas elites portuguesas tendo em conta que a iniciativa partiu não só do Estado mas de historiadores que, até meados do século XX, foram sobretudo autodidactas, não-profissionais. É que em Portugal os historiadores profissionais académicos foram, até muito tarde, uma escassa minoria – o que é, guardadas as diferenças, comparável ao que se passou nos casos da Grã-Bretanha e da Espanha. Ao invés do que se passou a este respeito na Alemanha ou mesmo em França, o sistema de aulas em seminário e os doutoramentos foram tardios.

Mas a definição de uma singularidade portuguesa só poderá resultar de um estudo comparado com outros casos europeus. Decerto deverá considerar-se um forte sentido de pertença que não terá passado tanto pela cultura letrada erudita antes por um patriotismo localista (Joaquim de Carvalho). Uma língua e uma religião largamente maioritárias, uma fronteira antiga e estável. a ausência de conflitos étnicos problemas de integração regional comparáveis aos que ocorreram noutros países do Ocidente europeu, bem como a carência de recursos económicos e financeiros porderão explicar o baixo investimento do sistema de educação pública, incluindo a Universidade. O que também ajudará a compreender o voluntarismo de uma elite que viveu não raro distante dos problemas reais dos grupos populares. A nação foi sendo construída bem antes do nacionalismo. Isto é, no caso português, não foi tanto o nacionalismo que criou a nação mas mais o movimento inverso, isto é: as elites nacionais é que forjaram os nacionalismos. Dentro dessas elites os historiadores ocuparam, até aos anos 70 do século XX, um lugar significativo.

No decénio de 1970 os nacionalismos deixaram de marcar a agenda historiográfica. A sua rejeição levou até que o Império se tornasse um tema quase maldito. Mas após a revolução de 1974-75, depressa a própria nação, sujeita a profundas alterações estruturais e territoriais, a par dos nacionalismos e acompanhando assim uma tendência europeia e ocidental, se tornou objecto central de estudo. Num mundo cada vez mais globalizado e apesar do método comparativo mais usado recentemente convocar o conhecimento de outras experiências históricas, o quadro nacional continuou todavia a ser estruturante na forma como se pensa e pratica a história em Portugal. E ao invés do que se passa no mundo anglosaxónico raros são os historiadores que têm escrito sobre outros casos nacionais.

**Bibliografia activa:** AMEAL, João, *História de Portugal*, 5ª ed., Porto, Liv. Tavares Martins, 1962 [1ª ed., 1940]; BRAGA, Teófilo, *A pátria portuguesa. O território e a raça*, Porto, Lello e Irmão, 1894; Joaquim de CARVALHO, “Compleição do patriotismo português”, *Obras Completas*, v. V, Lisboa, FCG, s.d. [1953], pp. 123-138; CUNHAL, Álvaro, *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1975; GODINHO, V. Magalhães Godinho, *Comemorações e história*, Lisboa, Seara Nova, 1947; Id., *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Arcádia, 1977 (1ª ed. 1971); Id., “A crise da



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

História...”, *Ensaio III*, Lisboa, Sá da Costa 1971 [1946].; HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III* (pref. e notas críticas de José Mattoso), vol. I., Venda-Nova/Amadora, Bertrand, 1980 [1846]; MARTINS, J.P. Oliveira, “A HP e os seus críticos” [1880], *História de Portugal*. Edição crítica (introd. de Isabel de Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d. ; [MERÊA, Paulo] “Os Congressos do mundo poortuguês”, *Revista Portuguesa de História*, v.I, Coimbra, 1941, pp.336-339; PIMENTA, Alfredo *Estudos filosóficos e críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, Id., *Elementos de História de Portugal*, 2ª ed. Lisboa, Empresa Nac. de Publicidade, 1935, p.VII. Id., *Novos estudos filosóficos e críticos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935; I.PORCIANI e L.RAPHAEL (Eds.), *Atlas of European Historiography The making of a profession 1800-2005*, Londres, Palgrave Macmillan, 2010; SARDINHA, António, *Ao princípio era o verbo*, 2ª ed., Vª Nª Famalicão, Ed.Gama, 1940 (1ª ed., 1924); SÉRGIO, António, *Breve interpretação da história de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1971; Id., *Ensaio I*, 3ªed., Lisboa, Sá da Costa, (1980 [1920]) ; SERRA, José Correia da (2006 [1789]) *Discurso preliminar* [1789], in CARDOSO, José Luís (ed.) *Portugal como problema*, vol. V, Lisboa, FLAD/Público, 2006, pp.212-215. SOARES, Torquato Sousa, *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, Coimbra, FLUC, 1962.

**Bibliografia passiva:** ARCHILÉS, Ferran, “Melancólico Bucle. Narrativas de la nación fracasada e historiografia española contemporánea”, *Estudios sobre nacionalismo y nación en la España Contemporánea* (SAZ. I e ARCHILÉS eds.), Zaragoza, PUZ, 2011, pp. 245-330; BERGER, S., *The past as history. National identity and historical consciousness...*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2015; CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991; Id., “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do séc.XIX”, *Cultura, História, Filosofia*, Lisboa, vol.IV”, 1985, pp.419-463; *Doutoramentos da Universidade de Lisboa, 1911-1971* (coorden. Maria José Sabino de Moura), s.l., 1972; EVANS, Richard, *Cosmopolitan Islanders: British Historians and the European Continent*, Cambridge, University Press, 2009; LEAL, J., *Etnografias portuguesas (1870-1970), cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Pub. D.Quixote, 2000; MACEDO, Jorge Borges, *Alexandre Herculano, polémica e mensagem*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980; MADEIRA, João, “Os novos remexedores da história”, in *Batalha pelo conteúdo: movimento neo-realista português. Exposição documental*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu do Neo-Realismo, 2007. pp. 304-331; MATOS, S.Campos, *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, L. Horizonte, 1990, Id., *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998; Id., *Consciência histórica e nacionalismo em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, L.Horizonte, 2008; Id., “António Sérgio e os nacionalismos”, *Proença, Cortesão, Sérgio e a Seara Nova* (Amon Pinho et al.), Lisboa, Centro de Filosofia da UL, 2015, pp.293-308; NEVES, José, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*, Lisboa,

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Tinta-da-China, 2008; NUNES, J. P. Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1911-1974*, Lisboa, IIE, 1995, OLIVEIRA, António de, “Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço de tendências”, *Revista Portuguesa de História*, t. XLII, 2011, pp.11-60; PEIRÓ Martín, Ignacio *Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión*, Saragoça, Prensas da la Universidad de Zaragoza, 2012; PROTÁSIO, D. Estudante, *Pensamento histórico e acção política do 2º Visconde de Santarém (1809-1855)*, Maia, Ed. de Autor, 2016; REIS, Jaime *O atraso económico português em perspectiva histórica. Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, I.Nacional/ Casa da Moeda, 1993; SAZ, Ismael , “La España del franquismo. Ascenso y declive del discurso de nación”, *Discursos de España en el siglo XX* (Forcadell. C et al.), s.l., Publicaciones de la Universitat de Valencia, 2009, pp.147-164; SOUSA, J.M. Guedes, « Vértice », *Dicionário de Historiadores Portugueses* (coord. de S. Campos Matos), [dichp.bnportugal.pt](http://dichp.bnportugal.pt) TORGAL, L.R. et al. *História da História em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; TORRES, P. R., “Política social y nacionalización a finales del siglo XIX y en las primeras décadas del XX”, *La nación de los Españoles* (SAZ. I e ARCHILÉS eds.), s.l., Publicaciones de la Universitat de Valencia , 2012, 15-38. TRINDADE, Luis, *O estranho caso do nacionalismo português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, ICS, 2008.

Sérgio Campos Matos